

CONFERÊNCIA GENERAL JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Sabrosa, Dr Domingos Carvas

Exmo. Senhor Chefe do Estado Maior do Exército, General Nunes da Fonseca

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa, Dr José Marques e demais autoridades Autárquicas.

Exmo. Senhor Presidente do CEISDTAD, DR João Pavão

Exmo. Senhor Comandante da Academia Militar, Major General João Vieira Borges

Exmo. Reverendíssimo Bispo Dom Januário Torgal Ferreira

Exma. Família do General loureiro dos Santos

Exmos. Senhores Oficiais Gerais, Senhores Comandantes de Unidades, Senhores Oficiais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Uma saudação especial para os Cadetes da Academia Militar, em quem reside a nossa esperança da continuação do Exército, na senda da sua História, dos seus valores e do seu carácter de Instituição Nacional, nascida com a Fundação da nossa Pátria e na voz do Poeta “Obra de Soldados”.

Tem início hoje o Ciclo de Conferências General José Alberto Loureiro dos Santos, uma iniciativa da Academia Militar, para o qual fui Convidado para ser o primeiro Orador; convite que muito agradeço, que me honra e que me permite, por um lado homenagear, mais uma vez, o amigo, o meu comandante e o militar insigne, das nossas Forças Armadas que foi o General Loureiro dos Santos e por outro, expressar um conjunto de opiniões pessoais que apenas me responsabilizam como General na reforma, livre e disponível para dizer o que pensa sobre o País e o nosso Exército.

Conheci o General Loureiro dos Santos quando era Cadete, no primeiro ano da Academia Militar e ele então Major, aquando da preparação dos Colóquios Luso-Espanhóis que se iam realizar na Academia Militar General de Saragoça, com o Tema “Portugal e a Teoria dos Grandes Espaços”. Mais tarde foi meu Comandante no CIAAC em Cascais e Director do IAEM, quando ali fui aluno e professor.

Aquando do seu mandato como General CEME, era Adjunto do Ministro da Defesa Nacional e acompanhei a sua determinação na avaliação daquilo que considerou ser uma situação inaceitável para o Exército e para a sua posição como Comandante do mesmo, o que levou ao seu pedido de demissão. Talvez esperasse uma reacção da Instituição Militar, mais consentânea com a dimensão ética da sua decisão, contudo o seu prestígio como militar e como chefe pode dizer-se que saiu reforçado.

Mantive com o nosso General um convívio estreito, quer nas conferências que proferiu, quer nos livros que foi publicando, quer ainda, à data eu como CEME e ele interveniente activo, junto da Sociedade Civil, em longas conversas que mantivemos sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas, em particular o Exército e também sobre a nossa Artilharia. Sobre este último tema, juntamente com o General Espírito Santo e, no seguimento da criação da Escola das Armas assumimos uma posição sobre essa decisão, no livro “152 anos, o Legado da Escola Prática de Artilharia”.

Também no âmbito da Revista Militar, seu assíduo colaborador e participante activo das actividades associativas, tivemos longas conversas sobre os temas mais actuais que interessava debater e divulgar, umas vezes pessoalmente e mais tarde pelo telefone. Lembro com saudade as nossas últimas conversas telefónicas, em que lhe perguntei se continuava a ler a nossa revista e que me respondeu que sim, embora com uma perceptível angústia, mas que se ia desinteressando dos temas por força do seu estado de saúde.

Pode parecer ser expressão de pouca imaginação repetir, mas faço-o com a mesma convicção da primeira vez, referir a influência que o General Loureiro dos Santos teve na formação de várias gerações de Oficiais do Exército e das Forças Armadas, o seu papel e a sua visão relativamente à transformação do Exército, a sua clarividência académica e intelectual, quer no meio militar, quer na Universidade ou na Academia das Ciências de Lisboa. Foi também uma presença assídua e incontornável, nos “media”, imprensa e televisão, no comentário aos acontecimentos que marcaram a conjuntura estratégica internacional e nacional, contribuindo de uma forma isenta e sustentada, para o esclarecimento e informação da opinião pública.

O Tema escolhido para a minha intervenção cabe nas áreas de interesse daquilo que foi o percurso de vida do General Loureiro dos Santos e que hoje, nas circunstâncias da actualidade me proponho retomar, reflectindo sobre os desafios com que a realidade da conjuntura estratégica nos confronta e que caminhos e opções se nos oferecem e, por último, uma reflexão sobre o relacionamento da Tutela com a Instituição Militar, pelas implicações que tem na eficácia e eficiência do desempenho das Forças Armadas.

A avaliação dos riscos e desafios futuros e também das eventuais ameaças, passa por uma análise criteriosa da conjuntura estratégica internacional, pelo posicionamento das organizações e alianças em que nos inserimos, a UE e a OTAN, mas também pela postura estratégica que os principais actores da cena internacional assumem publicamente. Essa realidade dá-nos orientações sobre a tendência da mudança, diminuindo a surpresa e permitindo, numa perspectiva nacional, orientar o nosso planeamento estratégico, nas várias dimensões da sua evolução temporal.

No caso da OTAN, no domínio da estratégia militar, o debate tem estado mais relacionado com o objectivo do que se deveria gastar em defesa, do que conseguir que os aliados concordem com a verdadeira dimensão da ameaça e com a garantia da obtenção das capacidades para lhe fazer face, seja a Rússia a norte ou a instabilidade da margem sul do Mediterrâneo e no Médio Oriente, do terrorismo em geral ou a resposta ao cyberterrorismo e à evolução da China.

Quanto à UE, depois da afirmação da PESCO, seguiu-se o desenvolvimento do Fundo Europeu de Defesa, que as vozes críticas dizem só servir os interesses dos países membros com indústrias de defesa com significado e que levanta suspeitas do lado americano, que chama a atenção para um proteccionismo europeu, para a duplicação de meios e para os riscos para a interoperabilidade. Também a Iniciativa Militar Europeia lançada pela França, a que Portugal aderiu, não demonstrou até agora que se traduza numa melhoria de capacidades ou factor de maior afirmação estratégica da Europa, no contexto internacional.

Permitam-me que refira as declarações do Ministro das Relações Externas da RPC, Wang Yi que chamava a atenção para o facto e passo a citar, “ o nosso mundo está a experimentar profundas transformações, pelo aumento da incerteza e dos desafios que se colocam ao sistema e ordem internacionais; a paz e o desenvolvimento estão na ordem do dia, a globalização da economia, a multi-polaridade e a aplicação das tecnologias de comunicação global, associadas à diversidade cultural estão a transformar as nossas sociedades profundamente”. No caso da Rússia, assistiu-se no final do ano passado a Putin, parafraseando Mackinder, afirmar relativamente aos desenvolvimentos respeitantes à Inteligência Artificial que e cito, “quem se constituir como líder nesta esfera do conhecimento, governará o mundo”. Quanto aos EUA, Trump declarava em 17 de Janeiro, no Pentágono, “Temos de garantir que as nossas capacidades de defesa não têm rival”, fim de citação.

Este esforço americano está a ser colocado em três grandes áreas: no reforço da capacidade anti-míssil, na criação de um novo arsenal nuclear com engenhos de menor potência, menos devastadores e que, em teoria poderiam ser usados no campo de batalha, intenção anunciada em Fevereiro de 2018, aquando da divulgação da Nova Estratégia de Defesa Nuclear e, por último, na inovação, missão atribuída ao US Army Research Laboratory (ARL) e à Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA).

Do lado da Rússia, tem vindo a demonstrar, a par de um crescente investimento na defesa, uma disponibilidade política para utilizar a estratégia militar nas relações internacionais, conjugando o emprego de acções híbridas, com forças especiais, forças regulares e operações ofensivas no cyber-espço. Tem igualmente vindo a afirmar um protagonismo político-militar crescente na Síria, na Coreia do Norte, na Venezuela e, na actualidade a tomar posição no diferendo Irão-EUA, a par do impasse na Ucrânia e na Crimeia, com as implicações da aplicação das sanções económicas para a economia europeia. De referir ainda a Cimeira Rússia-Africa realizada no passado mês de Outubro, com a presença de quarenta países e precedida de uma demonstração das capacidades militares russas.

Quanto à China, é o segundo país com maiores investimentos na área da defesa, a seguir aos EUA e desenvolve na actualidade em termos estratégicos o projecto da “Nova Rota de Seda” (Belt and Road Initiative) com o qual pretende assumir-se, definitivamente como uma potência global, apostando também na I/D e na inovação, designadamente nas novas tecnologias de informação, na Inteligência Artificial e no 5G.

Retomando a afirmação de Trump no Pentágono, importa também analisar a National Defense Strategy (NDS), publicada em Janeiro deste ano, onde é claramente referido que as forças armadas americanas dedicaram os últimos anos a lutar contra o terrorismo e em operações de contra-insurreição, deixando degradar capacidades militares necessárias a um planeamento de longo prazo, relativo a uma competição estratégica com actores como a Rússia ou a China, explicitamente referidos no documento em apreço.

Dessa análise é possível extrair três grandes prioridades, para a inovação e para o desenvolvimento de novas capacidades, a aposta nas novas tecnologias, que devem dar resposta à intenção manifestada no documento e que tem subjacente uma nova concepção do conflito aberto no futuro, a sua arquitectura operacional, as tecnologias que poderão estar presentes no campo de batalha, assim como que plataformas e que novos sistemas de armas poderão ser utilizados.

Uma primeira prioridade para as forças armadas americanas passa pelo seu “rearmamento” com os sistemas de armas de que necessitam para um novo ambiente operacional muito exigente, em que a capacidade para actuar com “muitíssima rapidez” e a “enormes distâncias” implicam a necessidade de hiper-velocidades, de mísseis hipersónicos e de uma rede ainda mais densa de satélites, capaz de fornecer informação diversificada e oportuna aos sistemas de armas “high tech”, objectivo genético e estrutural a atingir, não em décadas mas sim em anos.

A segunda prioridade diz respeito à organização das unidades combatentes de escalão Brigada e Batalhão, que devem dispor de capacidades especiais ofensivas, no domínio das novas tecnologias, da inteligência artificial, cyber e espacial, assim como o treino a ministrar às tropas passar a incluir a defesa e resposta a ataques aéreos e bioquímicos, tendo o treino básico das tropas sido aumentado de catorze para vinte e duas semanas.

A terceira prioridade clarifica que o esforço estratégico actual americano se situa no espaço Indico-Pacífico e num conceito operacional diferente do passado, quer relativamente à projecção de forças, quer quanto ao seu pré-posicionamento, para uma nova visão de transferência de forças, a Dynamic Force Employment (DFE), capaz de fazer circular rapidamente capacidades militares de qualquer tipo, para qualquer região do globo. Paralelamente orienta a I/D e o esforço orçamental para as novas tecnologias que considera críticas, ligadas aos veículos autónomos, à robotização, à inteligência artificial, aos mísseis hipersónicos, às cyber ferramentas e à utilização do espaço e dos satélites.

Parece assim ser prudente que os Estados-Maiors e os Ministérios da Defesa se voltem a preocupar com os níveis mais exigentes de intensidade dos conflitos, com os decorrentes objectivos operacionais e sistemas de armas necessários; no caso nacional, relativamente ao Sistema de Forças Nacional, importa perceber que o novo ambiente operacional já não considera apenas as operações de apoio à paz e a assistência humanitária ou as operações de resposta a catástrofes, que os sistemas de armas já ultrapassaram a percepção da necessidade de capacidades apenas ligeiras, que as novas tecnologias de informação global não podem ser encaradas de forma despicienda e que continua a haver uma missão táctica muito importante para os escalões Brigada e Batalhão.

Parece ser igualmente evidente do ponto de vista estratégico na actualidade e, provavelmente nos próximos anos, que a Europa e os europeus estão cada vez mais entregues a si próprios, a terem de tomar consciência de que terão de ser eles a resolver os seus problemas de segurança e no nosso caso, para um país com a dimensão estratégica nacional a importância de ter presente que, se deixar de ter a capacidade militar adequada para participar, em função da intensidade do conflito, em formações multinacionais militares no futuro, nos grandes acontecimentos da segurança internacional, deixará certamente de ser co-autor das decisões políticas nesse domínio e passará a ser um país dispensável nas Alianças e Organizações Internacionais onde nos inserimos.

O futuro espectro do ambiente operacional apresenta-se, previsivelmente, mais volátil, mais exigente, instável e ambíguo, colocando às forças militares que nele operem, um conjunto de desafios, de que se destaca a “compressão” e maior conexão dos níveis de decisão – estratégico, operacional e tático - pelas implicações que as acções operacionais realizadas num dos níveis poderão condicionar a actuação nos outros.

Estamos assim num novo ambiente operacional, em que a tecnologia eliminou a escuridão, permitiu neutralizar a camuflagem e ver no interior dos oceanos e das infra-estruturas, mas que nos permite actuar numa realidade aumentada, fazendo coexistir o real com o virtual, gerando “hologramas” tridimensionais sónicos, a par da presença de novos “jammers”, de sensores e de satélites que, simultaneamente, fornecem, perturbam ou impedem a obtenção de dados necessários ao Comando e Controlo.

Os especialistas americanos das Agências de I/D, que foram referidas anteriormente, têm prospectivado um campo de batalha onde as operações militares decorrerão de forma ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, em quaisquer condições de tempo, sem descanso, onde a Inteligência Artificial permitirá que robots combatam ao lado dos humanos e possam, inclusive, no futuro fazê-lo de forma autónoma dispensando-os, assumindo-se como incontornável que, num grande conflito futuro os robots lutarão entre si.

Neste ambiente operacional, os instrumentos militares têm de ter presente que a revolução da informação, a conectividade e a presença constante dos “media”, não só permite um permanente escrutínio das acções militares e dos seus efeitos, como a sua divulgação, quer nas redes sociais, quer na comunicação social, a partir de um simples telemóvel, levantando questões, quer de segurança para as tropas, quer de interferências no Comando e Controlo e eliminando o confinamento geográfico dos teatros de operações, globalizando o seu conhecimento, submetendo a sua avaliação à grande opinião pública, podendo provocar constrangimentos na liberdade de acção e decisão política.

Perante este cenário, onde a realidade e a ficção coexistem, têm uma fronteira ténue e difusa, cabe a questão de quem será, efectivamente o soldado do futuro. Será ele o militar como um sistema de armas complexo, com uma visão aumentada do campo de batalha, através de meios termais, computacionais e optrónicos, receptor de informação multidisciplinar fornecida por sensores à distância, capaz de fazer intervir operacionalmente, em tempo real, interceptores de natureza diversificada e ainda, em termos humanos, assistido físico e biologicamente para ampliar temporalmente a sua durabilidade e capacidade de combate, dispondo também de um exo-esqueleto, o terceiro braço, que lhe permita transportar armamento mais letal?

Ou será o "hacker" que utiliza o Cyberespaço, para provocar a disrupção dos sistemas de Comando e Controlo, para controlar satélites, alterar o destinatário da informação ou a sua órbita ou mesmo destruí-los, paralisar o funcionamento de um país, afectando redes eléctricas, abastecimento de água, sistema financeiro, hospitais, fábricas e, naturalmente o emprego do seu instrumento militar, podendo gerar um verdadeiro estado de guerra, sem se saber, concretamente quem o desencadeou, tornando complexa ou inviável uma eventual resposta operacional?

Como é conhecido sou um defensor convicto das três Brigadas que materializam a componente operacional do Exército e da preservação da identidade de cada uma delas, permitindo e garantindo uma opção entre capacidades ligeira, média ou pesada, de acordo com as exigências operacionais da missão atribuída. Pugnar com insistência e de forma sustentada pela modernização, harmónica, concorrente e oportuna, das componentes da manobra, do apoio de fogos, do apoio de combate e dos apoios logísticos, tem de ser um debate estratégico afirmativo para o Exército, quer junto da Tutela, quer perante os outros Ramos, não esquecendo a dimensão vertical, os meios em helicópteros, já por duas vezes adiada.

Considero também que é altura do Exército se empenhar, em termos humanos e alguns recursos financeiros que internamente consiga alocar, à semelhança do que fez no passado, quando se criou e operacionalizou os elementos de Defesa Biológica e Química, com os seus Laboratórios específicos e o Elemento de Guerra da Informação; desta vez, refiro o levantamento de um novo elemento operacional virado para a Inteligência Artificial, para a Big Data, IOT, Robótica e Deep learning, no sentido da sua aplicação ao planeamento, gestão e actividade operacional, com já acontece noutros exércitos, no domínio da área do management, da logística e da aquisição de objectivos. Esse esforço colocaria o Exército na dianteira da Instituição Militar, nesta área do conhecimento e das ICT e conferia-lhe acrescidas capacidades distintivas, quer logísticas, quer operacionais

Igualmente a dissuasão e a capacidade de intervenção, fruto desta área do conhecimento, criou uma nova "tríade", diferente das que são tradicionalmente referidas pelos EUA e OTAN, assentes no factor nuclear, mas que se constitui como um equilibrador de potencial de combate, para os países com menor dimensão tecnológica e que é constituída por veículos não tripulados (drones com capacidade ofensiva, mísseis), cyberstrikes e forças especiais, de que o ataque às refinarias petrolíferas da Arábia Saudita constitui exemplo paradigmático. Eis uma outra capacidade que não deve ser descurada.

Vivemos neste século um novo patamar civilizacional, em que as tecnologias de comunicação global aproximam as comunidades, ultrapassam a diversidade cultural, mudam a forma de comunicar e de se relacionar, compactam tempo, espaço e informação e estão a transformar as nossas sociedades profundamente. Não é possível ficar alheio a esta realidade e a exigência da nossa adaptação à mesma é um desafio quotidiano e inadiável. Temos de nos focalizar nos desafios que a Revolução Digital nos coloca, perante o salto tecnológico e de informação que representa associar a Informação Global à Inteligência Artificial e às potencialidades das Redes 5G.

Esta tecnologia revela-se fundamental para um novo funcionamento, mais eficaz e mais eficiente das novas aplicações informáticas, mais exigentes, quer em termos de velocidade e volume de dados a tratar, quer para as comunicações móveis de quinta geração, cada vez mais ambiciosas.

Vivemos uma nova ordem internacional em processo de consolidação e não estabilizada cujos únicos aspectos seguros são o reconhecimento de que a anterior já não é válida, que os novos paradigmas são instáveis, que a mudança é acelerada, que a informação constitui um novo recurso estratégico e que transformou o discurso político em acção e em que o fenómeno da globalização, sem regulação institucional possível, constitui inegável factor de progresso e de desenvolvimento mas agudizou também, as desigualdades.

A informação é reconhecida hoje, como constituindo o mais valioso recurso estratégico que, relativamente aos demais que detêm essa qualidade, tem uma característica de não finito, pelo contrário, quanto mais se utiliza mais se amplia e é factor do conhecimento e da inovação; as tecnologias de Informação Global trouxeram também o seu impacto estratégico para esta dimensão.

Tornou-se igualmente claro que os espaços para a aplicação do Poder Nacional, para além da Terra, Mar e Ar, se ampliaram para o espaço cósmico e para o cyber-espaço. O actual ambiente estratégico internacional reconhece a importância da utilização segura e continuada, quer do cyber-espaço, quer do espaço sideral, nos seus múltiplos domínios associados à utilização da informação e do acesso e protecção de “dados” de natureza multidisciplinar, fornecidos via satélite, pelo que a disponibilidade e segurança de ambos tem de ser garantida em permanência.

Neste ambiente internacional estão identificados os actuais desafios para a segurança global, que decorrem dos inerentes à violência: a guerra, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, tendências radicais, mas também as máfias e a criminalidade internacional organizada a que se juntam os riscos decorrentes da introdução de factores de desequilíbrio do Ecosistema e as alterações climáticas, os ligados à evolução da tecnologia, incluindo a nuclear e os novos “vírus”, biológicos, tecnológicos e informáticos, que geram pandemias e que afectam decisivamente o cyber-espaço.

As alterações climáticas, responsáveis pelo aquecimento global, têm vindo a conferir acrescida importância estratégica à região do Ártico, onde previsivelmente se irá assistir a uma competição pelos recursos ali existentes, designadamente hidrocarbonetos, gás natural, mas também recursos naturais, o caso das “terras raras” indispensáveis às tecnologias de informação, a par da abertura de novas rotas de navegação marítima.

Verificamos também que os conflitos armados e o desrespeito pelos direitos humanos não são já as únicas causas para o movimento de refugiados ou migrantes, também as alterações climáticas que têm transformado zonas agrícolas em desertos, como está a acontecer no Médio Oriente e em África, particularmente na região do Sahel onde a falta de água é crítica.

No futuro próximo, para além dos refugiados de guerra, podemos vir a estar confrontados com outros fluxos, provocados por catástrofes climatéricas como cheias diluvianas ou secas severas, que destroem culturas, dizimam rebanhos e a caça e promovem a desertificação, ou a pesca intensiva e a poluição dos oceanos e dos grandes rios, que põem em causa a renovação e a sustentação dos bancos piscatórios.

As alterações climáticas, a poluição, a falta de água, a escassez de recursos alimentares, passam a constituir um multiplicador dos riscos e das ameaças e a gerarem vagas de migrantes à procura não só de segurança, mas também de abrigo e subsistência, parecendo as designadas “caravanas” que se têm vindo a revelar na América do Sul, em direcção aos EUA, o primeiro indicador deste fenómeno.

Ao mesmo não é estranho a informação global, a internet e as redes sociais que globalizam a informação, trazem em tempo real o conhecimento do desenvolvimento social, económico, político, cultural e humano da sociedade internacional, para junto das comunidades nacionais, agitando consciências e mobilizando-as a manifestarem-se nos seus espaços nacionais, muitas vezes de forma inorgânica e com precário enquadramento político, por temas tão primários como legítimos, como sejam: pelo direito de ter voz, ser ouvido e poder escolher; condenar o despotismo, a má governação e a corrupção; e, por último, a expectativa de viver melhor.

Relativamente ao Espaço, estão anunciados objectivos nacionais que incluem o regresso à Lua e a intenção de se atingir Marte; para além da sua crescente utilização comercial, é reconhecida também a importância das informações provenientes da rede de satélites, de “intelligence”, de comunicações seguras, de previsão do tempo, do GPS e do fornecimento de “Data” em tempo real.

Igualmente é necessário controlar o incremento constante de lançamento de satélites de pequenas dimensões, caso dos LEO (Low Earth Orbit) com órbitas de centenas de Kms de altitude, com fins puramente comerciais e que, juntamente com o “debris” que já existe, torna mais provável o choque entre eles, podendo dar origem a situações mais gravosas de colisão em cadeia, de satélites de outra natureza.

Assim são previsíveis os avanços tecnológicos no domínio da Inteligência Artificial, nas capacidades de computação quântica, das nano tecnologias, dos materiais compósitos, das “fuel cells”, da hiper-velocidade, dos veículos autónomos e das potencialidades das tecnologias de informação. São igualmente conhecidos os esforços de I/D de capacidades de actuação no domínio da Inteligência Artificial, no âmbito civil e militar fazendo convergirem projectos, as tecnologias NBCI, a Nano tecnologia, a Biotecnologia, a Informática e as Ciências cognitivas e Comportamentais.

A inteligência Artificial afirma-se como sinónimo de progresso e materializa uma ruptura estratégica com os procedimentos e comportamentos da sociedade de informação com que lidávamos ontem e constitui hoje, um espaço de competição estratégica, uma corrida pela superioridade tecnológica, económica e também militar.

Pretendo terminar, dedicando esta última parte da minha intervenção, a uma reflexão relativa à forma como se têm desenvolvido as relações entre a Tutela Política e a Instituição Militar e que consequências têm tido na situação actual das Forças Armadas. Para isso importa referir primeiro, que o modelo de relacionamento institucional tem um percurso que acompanha a estabilização democrática do país e que se concretizou através de sucessivas revisões constitucionais e da elaboração da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e demais Legislação estruturante dirigida a estas últimas.

Este percurso jurídico e doutrinário encontra-se profusamente descrito no Livro “O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas”, de vários autores, mas coordenado pelos Professores Jorge Miranda e Carlos Blanco de Moraes, edição de 2000 do IDN, onde claramente é explicada a revisão constitucional de 1982, onde duas questões jurídicas e políticas estavam em resolução: o fim do Conselho da Revolução e a Subordinação das Forças Armadas ao Poder Político.

Também ali é referido que o assunto era iminentemente político, pois a Instituição Militar já tinha assumido o desaparecimento, quer do Conselho da Revolução, quer como um desenvolvimento democrático natural, aquela subordinação ao poder político mais, é igualmente sublinhado o alheamento que a Instituição Militar demonstrou relativamente ao processo de revisão constitucional.

De salientar também, que a análise que aqueles constitucionalistas fazem desde essa data, até à data da publicação da obra referida é a de que, ao longo de sucessivas revisões constitucionais e da Lei da Defesa Nacional, a perspectiva política, aponta para que as preocupações nucleares têm-se relacionado mais com os fundamentos da subordinação das Forças Armadas ao poder político e com as limitações que o Direito da Defesa determina nos direitos dos cidadãos militares, bem como nos deveres que a estes são impostos, do que com a garantia das condições efectivas, em termos de recursos humanos e materiais, para o cumprimento das missões ali consignadas.

Como exemplos desta afirmação são indicadas as limitações da Justiça Militar e dos Tribunais Militares, a par da sua extinção em tempo de paz; os sucessivos constrangimentos na autonomia decisória dos Chefes do Estado Maior dos Ramos, com intervenção directa nas suas competências próprias; o fim das Regiões Militares; as reduções sem racional que as sustente, de efectivos e encargos com a Defesa, que não sejam apenas do resultado de uma visão economicista; a desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório; e as constantes decisões no sentido de uma desvalorização da Condição Militar.

Este ambiente e esta atitude não terminou em 2000, teve pelo contrário dois momentos de agravamento, em 2011 o primeiro, aquando das negociações com a “Troika”, em que de forma acrítica se aceitou uma intervenção abusiva de três funcionários internacionais, em matérias da Defesa Nacional e da Soberania, no domínio dos recursos humanos, no reequipamento em curso e no apoio social e na saúde aos militares.

A informação transmitida às Chefias Militares sobre esta última matéria, pelo Ministro da Defesa Nacional da altura, transcrita em 7 de Maio de 2011 no Diário de Notícias e que passo a citar: “os cortes previstos para os sistemas públicos de assistência na doença, não afectará a especificidade e autonomias próprias do regime específico dos militares; far-se-á preservando a autonomia do regime da ADM que é uma dimensão associada à Condição Militar e é extensível à Família dos militares”, fim de citação. A realidade que se seguiu desmente de forma categórica aquele compromisso assumido para com as Chefias Militares.

Deve salientar-se que já nos anos anteriores à “troika” se tinha iniciado um processo de revisão das Leis Orgânicas de toda a estrutura superior da Defesa Nacional, EMGFA e Ramos tendo por base um modelo concebido fora da estrutura formal da Instituição Militar, desde o início fortemente contestada, quer pela menorização da função dos Ramos relativamente ao EMGFA e Ministério, quer pelo não reconhecimento da importância do CCEM, dos assuntos sobre os quais, obrigatoriamente se deveria pronunciar quer pela não consideração de competências específicas dos Chefes dos Ramos. Perante a falta de argumentos que sustentassem as propostas da Tutela, esta escudou-se na aprovação de Resoluções do Conselho de Ministros, para avançar com as propostas que se empenhou em implementar.

O segundo momento ocorreu de forma mais sofisticada, em 2012, começando por uma proposta de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, tendo sido inclusive nomeado um grupo de personalidades coordenadas pelo Professor Doutor Luís Fontoura que produziu um texto que foi ignorado pelo MDN, o processo continuou com o envolvimento do IDN e com a tentativa de demonstrar o interesse na adopção do modelo dinamarquês, o qual uma vez posto em causa por uma argumentação sustentada, acabou por se aprovar um texto instrumental para as intenções reducionistas do Governo.

Penso ser interessante relembrar o que a comunicação social referiu após a aprovação do actual CEDN em vigor, designadamente num dos jornais diários de maior tiragem e passo a citar: “a defesa dos territórios já não é o principal objectivo do novo Conceito Estratégico. Desde sexta-feira, que a prioridade é projectar forças para participar em missões no quadro da segurança cooperativa” e continuava a sua apreciação referindo ainda, “a principal evolução do Conceito Estratégico está na prioridade concedida à participação das Forças Armadas nas missões internacionais”, fim de citação. É legítimo referir que nada de mais relevante transparece do novo documento e, muito menos estimula a motivação nacional, para uma resposta que o país carece para a resolução de reais problemas, no domínio da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Como já se mencionou, o CEDN em vigor, em vez de se assumir como estruturante da estratégia de defesa nacional nas suas componentes civil e militar, se revelou um documento instrumental para a execução de um processo de reforma, designada de “reforma 20-20”, sem racional que a sustente, estabelecendo à partida níveis de efectivos e iniciando um processo reducionista de efectivos, recursos e capacidades, vindo a materializar uma disfunção da estrutura superior de Comando dos Ramos, na desarticulação do sistema de recrutamento e redução de efectivos, no cancelamento de projectos de reequipamento, especialmente gravoso para o Exército, desarticulação do sistema de saúde militar, em que este deixou de ser uma reserva estratégica do país neste domínio, com os seus Hospitais e Laboratório Militar, tornando os Militares e os seus Familiares em mais um utente do Serviço Nacional de Saúde, face às reais capacidades do Hospital das Forças Armadas e do IASFA.

No domínio do apoio social foi extinto o Fundo de Pensões dos Militares e o Complemento de Pensão, fechou-se o Colégio de Odivelas e a ADM e o IASFA têm estado sobre pressão, fruto de dívidas aos Sistemas Protocolados e as listas de espera passaram a ser uma realidade para a Família Militar que, indirectamente, pela fraca capacidade de resposta do HFAR se sente empurrada para encontrar soluções fora daquele estabelecimento hospitalar.

Uma reforma que tinha como argumento uma “poupança, leia-se desinvestimento” de 1 300 Milhões de Euros, mas que não explicitava como seriam obtidos nem em que prazo, nem as consequências que iria ter, quer no presente, quer no futuro, designadamente as implicações estruturais que iria causar como causou, na composição, organização e componente operacional das FFAA; uma reforma que teve como grandes medidas a redução de efectivos, a redução de infra-estruturas, o cancelamento de programas de reequipamento, a venda de aviões F-16 da Força Aérea e o não cumprimento das responsabilidades referentes á Condição Militar, consignadas na LEI 11/89.

Foi neste período que se assistiu a um novo protagonismo do Ministério das Finanças, que passou a interferir nas competências próprias dos Chefes dos Ramos, não só na parte financeira, mas também no sistema de recrutamento e nos efectivos a recrutar, nas promoções e no normal desenvolvimento das Carreiras.

No domínio do Sistema de Recrutamento as acções tomadas pela Tutela foram particularmente gravosas, primeiro quebrou-se o fluxo de recrutamento, as incorporações passaram a ser imprevisíveis, de dez que se faziam anualmente passou-se para uma, duas ou nenhuma, os efectivos autorizados, depois do escrutínio do Ministério das Finanças passaram a ter uma dimensão conjuntural englobando todo o pessoal em instrução, quer para o Serviço Efectivo Normal, quer para os Quadros Permanentes, assim como o pessoal da Reserva na Efectividade do Serviço.

Quanto ao funcionamento da Comissão de Defesa Nacional da AR, temos assistido a uma participação discreta, de audição periódica dos Chefes Militares, aquando da nomeação dos mesmos e à discussão das Leis estruturantes das Forças Armadas, sem que, no entanto, daí advenha orientações significativas ou inovadoras ou, designadamente, no sentido da resolução de problemas prementes relativos aos recursos humanos ou materiais.

Há contudo uma área em que a CDN tem sido omissa e que se deveria empenhar e que tem a ver com as implicações das diversas reformas, em avaliar as efectivas capacidades para as Forças Armadas cumprirem as suas Missões Constitucionais e se estão salvaguardadas as condições para disporem do material que lhes permita ter êxito nas missões que lhe são atribuídas, se recebem o treino que lhes é devido e se está garantida a sustentação logística em pessoal e material, designadamente as reservas de guerra.

Perante uma prática da Tutela de omissão relativamente a um Sistema de Forças com evidentes problemas de recursos humanos e a possibilidade eventual da necessidade da sua ampliação, fruto de uma situação de tensão internacional, tem havido um “deficit” de planeamento sobre este processo, mais concretamente na definição de políticas de Mobilização e Requisição no quadro nacional - universo humano utilizável -, sem comprometer o funcionamento do país e que equipamento e armamento serão atribuídos, aos cidadãos chamados às fileiras nessas circunstâncias. Igualmente se está salvaguardada a dimensão dos Quadros Permanentes para formar, treinar e enquadrar esse contingente.

Também uma política de permanente alienação de infra-estruturas militares não tem considerado minimamente as preocupações anteriores, relativamente à necessidade de existirem instalações adequadas à preparação, treino e alojamento dos cidadãos mobilizados para esse efeito de ampliação do Sistema de Forças Nacional. A falta de clareza nestes domínios cria a situação perversa de se adaptarem meios, efectivos e infra-estruturas a realidades conjunturais e, no ciclo seguinte, por força de quaisquer condicionamentos, orçamentais ou outros, as mesmas passarem a ser aceites como estruturais, passíveis de nova readaptação.

A realidade actual da FFAA, em que a falta de efectivos constitui a evidência mais gritante, a par da permanente dilação dos projectos de reequipamento, designadamente as distintivas do Exército, assim como as queixas dos militares relativas às últimas alterações ao EMFAR e às deficiências no apoio social e na saúde, estas devem estar sempre presentes e serem salientadas, quando a Tutela enaltece a excelente prestação operacional das nossas Forças Nacionais Destacadas, em Teatros de Operações muito complexos e exigentes do ponto de vista operacional, pois importa realçar que isso se deve à sua preparação específica, profissionalismo, brio e espírito de serviço e que esse facto, não pode servir para escamotear, branquear ou desvalorizar, as lacunas e omissões que o poder político não tem resolvido.

Perante o exposto, julgo possível fazer uma avaliação do modelo de relacionamento que tem prevalecido até hoje e que se pode caracterizar por um autoritarismo administrativo e financeiro, sem mostras de qualquer flexibilidade, de constante interferência institucional nas competências das Chefias Militares, incluindo nas áreas do pessoal, no normal desenvolvimento das promoções e carreiras, da definição dos efectivos, transformando situações conjunturais em definitivas e não tendo revertido qualquer medida considerada menos ajustada ou gravosa em termos sociais, estabelecida durante os governos anteriores.

Temos ainda assistido a episódios gratuitos de exercício de autoridade, esquecendo tradições e práticas anteriores como sejam o afastamento dos militares das funções de direcção das Direcções Gerais do MDN, a alteração da normal composição da Direcção do IASFA, a nomeação de um Professor Catedrático para Presidente do Conselho do Ensino Superior Militar, a recente nomeação e posse dos Vice-Chefes do Estado Maior dos Ramos ou os recentes despachos relativos ao estudo da avaliação do Sistema de Saúde Militar, esquecendo esta característica, isto para referir aquelas que são mais evidentes.

Igualmente as alterações ao EMFAR e uma nova interpretação de Direitos anteriormente consignados, introduziram as restrições que são conhecidas relativas à posse e detenção de arma pessoal e, particularmente, na relação com a Justiça, quer relativamente ao apoio jurídico, que pode ser disponibilizado aos militares, quer a situação que temos vindo a assistir de militares, algemados e detidos em Presídio, antes de qualquer acusação ou situação de flagrante delito, para serem ouvidos por Juiz.

Podemos assim interrogar se o actual modelo de relacionamento tem contribuído para a solução dos problemas gritantes que se referiram relativamente às FFAA? Se o discurso perante a actual situação de reais dificuldades, de que “ a missão será sempre cumprida”, contribuiu para uma melhoria de condições para o seu cumprimento? Se existe algum indicador que aponte para uma alteração destas práticas, no curto prazo, no sentido de favorecer a eficiência e a eficácia das FFAA no cumprimento das suas missões, a garantia da Condição Militar e a salvaguarda da dignidade da Instituição Militar?

Perante um conjunto de respostas que antecipo como negativas, só vejo duas formas para que o actual modelo de relacionamento seja alterado. Por uma razão externa, de alteração grave da conjuntura estratégica internacional, em que a ameaça volte a comandar o investimento na política de defesa e o reforço das capacidades humanas e materiais das FFAA e a reconhecer a importância da Instituição Militar como uma Instituição estruturante do Estado. A outra é uma alteração do relacionamento actual, quebrando-se a contenção institucional no tratamento das grandes questões militares, que tem sido prática das Chefias das Forças Armadas, deixando ainda de se assumirem como motivos pessoais, rupturas que estão formalmente ligadas à defesa da Instituição Militar e aos nossos valores.

Termino com uma referência a uma declaração atribuída à Chefia do Exército, embora não confirmada, mas publicada no Jornal "A Capital" de 7 de Junho de 1915, em pleno debate político sobre a participação do país na I GM e que referia o seguinte: "O Exército sabe muito bem que a sua missão é bater-se (combater), quando e onde a nação entender que é necessário mas o Exército porém sabe muito bem é que não dispõe de meios para se bater com honra, porque o Exército não tem preparação alguma, não possui armamento nem munições, nem material, nem uniformes, nem calçado e a responsabilidade não é do Exército é da monarquia que o deixou cair e dos republicanos que não souberam ou não o quiseram levantar", fim de citação.

Ontem como hoje sabemos quem colocou as Forças Armadas e, em particular o Exército na situação actual que conhecemos e com as dificuldades com que operamos, não se vislumbra até à data quem se disponha a resolver os graves problemas com que estamos confrontados, designadamente no que se refere a recursos humanos, o que para além de ser lamentável é fundamentalmente preocupante.

Muito Obrigado pela Vossa Atenção

José Luiz Pinto Ramalho, General

Sabrosa 17 de Novembro de 2019

